



Y
P.G.

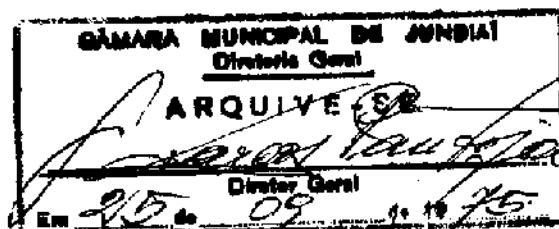
Câmara Municipal
de
Jundiaí

Interessado: CARLOS UNGARO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 324

Assunto: gratificação às emissoras que espontaneamente efetivem o
serviço de irradiação das Sessões ordinárias da Edilidade.

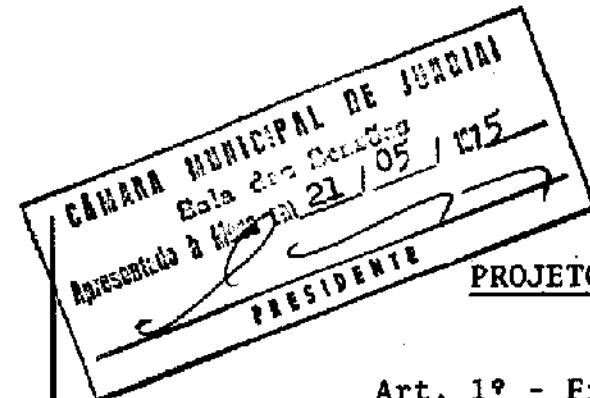
Retirado



Proc. N.º 14.018
Clas. 502 - 309



SABINETE DO PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
PROTÓCOLO TRATA

014613	14 MAI 75
CLASSEN	502.309

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 324

Art. 1º - Fica a Mesa da Câmara Municipal autorizada a gratificar as emissoras de Jundiaí que espontaneamente efetivem o serviço de irradiação das sessões ordinárias deste Legislativo.

Art. 2º - A gratificação a ser paga mensalmente será, para cada emissora, no valor de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) por Sessão Ordinária transmitida na forma estabelecida nesta Resolução.

Parágrafo único - Esta importância será reajustada anualmente na mesma proporção em que se elevar o valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, no respectivo período.

Art. 3º - Para fazer jus à gratificação instituída por esta Resolução, deverá a emissora observar as seguintes condições:-

I - As sessões deverão ser transmitidas integralmente, sem qualquer interrupção, durante o período regimental, permitidas, porém, rápidas reportagens sobre acontecimentos externos que não prejudiquem a transmissão completa dos debates, das fa-
las e das ocorrências da Sessão;

II - Quando houver suspensão dos trabalhos, deverá a emissora observar, sucessivamente, o seguinte:-

1) O locutor deverá relatar a fase e o andamento dos trabalhos da Sessão;

2) O locutor deverá proceder à leitura do Resumo das Indicações, dos Requerimentos e da Ordem do Dia referentes à respectiva Sessão; e,

3) A emissora poderá transmitir diretamente do estúdio, na hipótese de já haver sido cumprido o disposto nos números anteriores, porém deverá fazer menção da irradiação da Sessão, não se permitindo comerciais.

*

3
JF

Projeto de Resolução nº 324 - fls. 2

III - A emissora interessada deverá manifestar, por escrito à Presidência, sua intenção de fazer jus à gratificação instituída por esta Resolução

IV - Os locutores e técnicos da emissora deverão ser previamente credenciados pela Presidência da Edilidade e deverão obedecer o Regulamento que será baixado pela Mesa, disciplinando o uso das dependências da Câmara e providências correlatas.

Art. 4º - A emissora que se dispuser a fazer jus à gratificação, nos termos desta resolução, não poderá, sem justa causa, deixar de transmitir a três (3) sessões ordinárias consecutivas ou a nove (9) alternadas, durante o ano legislativo, na forma estabelecida.

Parágrafo único - A inobservância do presente artigo acarretará a suspensão automática da gratificação, por três (3) meses, a contar da data da infração.

Art. 5º - A importância não paga a uma emissora por ausência ou por não cumprimento do disposto no artigo 3º não beneficiará outras que porventura efetuem os serviços citados nesta Resolução.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Resolução serão atendidas por verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Resoluções nºs. 184/68, 195/71, 214/74 e 219/74.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1975.

Carlos Ungaro.



câmara municipal de jundiaí
estado de são paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Gabinete do Presidente

A Assessoria Jurídica para emitir,
parecer no prazo de _____ dias.

14 de 05 de 1975

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 16 de maio de 1975,
encaminho à Assessoria Jurídica, em cumprimento
ao despacho supra.

Diretor Geral



PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 328

PROC. N° 14 018

A DIRETORIA GERAL

Peço à Diretoria Geral se digne anexar a este processo os referentes às Resoluções mencionados no artigo 7º, voltando-me, após, o projeto para estudos e parecer.

Jundiaí, 16 de maio de 1 975.

Deffato
Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.

*

W.

6
12
AG

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

RESOLUÇÃO N° 184

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, DE ACORDO COM O QUE DELIBEROU O PLENÁRIO, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1968, FAZ BAIXAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

ART. 1º - FICA A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL AUTORIZADA A GRATIFICAR AS EMISSÓRAS QUE, ESPONTÂNEAMENTE, EFETUAM O SERVIÇO DE IRRADIAÇÃO DAS SESSÕES DÊSTE LEGISLATIVO.

§ 1º - A GRATIFICAÇÃO SERÁ MENSAL E EQUIVALENTE A DOIS (2) SALÁRIOS MÍNIMOS LEGAIS VIGENTES EM JUNDIAÍ.

§ 2º - EM CASO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POR MAIS DE UMA EMISSÓRA, A QUANTIA ESTABELECIDA SERÁ DIVIDIDA ENTRE ELAS, PROPORCIONALMENTE AO NÚMERO DE COMPARECIMENTOS.

ART. 2º - AS DESPESAS DECORRENTES DESTA RESOLUÇÃO SERÃO ATENDIDAS POR VERBAS PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO, SUPLEMENTADAS SE NECESSÁRIO.

ART. 3º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR, NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, CONTADOS OS SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 1969.

ART. 4º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, EM DEZESSETE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E OITO. (17/12/1968)

Paulo Ferraz dos Reis
Dr. PAULO FERRAZ DOS REIS,
PRESIDENTE.

Romeu Zanini
ROMEU ZANINI,
2º SECRETÁRIO.

Wanderley Pires
WANDERLEY PIRES,
1º SECRETÁRIO.

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, EM DEZESSETE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E OITO (17/12/1968)

José Carlos Pantoja
GUINEZ MARCOS PANTOJA



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

R E S O L U Ç Ã O N º 195

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, DE ACORDO COM O QUE DELIBEROU O PLENÁRIO, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 1971, FAZ BAIXAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:-

ART. 1º - O PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 184, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1968, PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

"§ 1º - A GRATIFICAÇÃO SERÁ MENSAL E EQUIVALENTE A TRÊS (3) SALÁRIOS MÍNIMOS E HEILO, LEGAIS, VIGENTES EM JUNDIAÍ."

ART. 2º - O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº. 184, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1968, PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

"§ 2º - EM CASO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR MAIS DE UMA EMISSORA, A QUANTIA ESTABELECIDA SERÁ DIVIDIDA ENTRE ELAS."

ART. 3º - FICA ADICIONADO O SEGUINTE PARÁGRAFO AO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 184, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1968:

"§ 3º - A GRATIFICAÇÃO A QUE ALUDE ÓSTE ARTIGO SERÁ PAGA, MENSALMENTE, A CADA EMISSORA, PROPORCIONALMENTE AO NÚMERO DE COMPARECIMENTOS."

ART. 4º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, CONTADOS OS SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 1971.

ART. 5º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, EM Vinte e Nove de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Um. (29/4/1971)

ALFREDO PAOLELLI,
1º SECRETÁRIO.

CARLOS UNGARO,
PRESIDENTE.

ARNALDO CABRAL,
2º SECRETÁRIO.



câmara municipal de jundiaí
s. p.

GABINETE DO PRESIDENTE

8
AG

R E S O L U Ç Ó E n.º 214/74

A Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, de acordo com o que deliberou o Plenário, em Sessão - ORDINÁRIA realizada no dia 15 de maio de 1974, faz baixar a seguinte RESOLUÇÃO:-

Art. 1º - O parágrafo primeiro do artigo 1º da Resolução nº. 184, alterado pela Resolução nº. 195, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - A gratificação será mensal e equivalente a CINCO (5) SALÁRIO MÍNIMOS, legais, vigentes em Jundiaí."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em dezenas de maio de mil novecentos e setenta e quatro. (16/05/1974)

(Eng. Antônio Távares Víctorio Franco)
Presidente.

(Antônio Tavares)
1º Secretário.

(Pedro Osvaldo Paes)
2º Secretário.

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jundiaí, em dezenas de maio de mil novecentos e setenta e quatro. (16/05/1974)

(Guiné Marcos Pantoja)
Diretor Geral.

9
PP



câmara municipal de Jundiaí
s. p.

GABINETE DO PRESIDENTE

R E S O L U Ç A O N°. 219/74

A Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, de acordo com o que deliberou o Plenário, em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 1974, faz baixar a seguinte RESOLUÇÃO:-

Art. 1º - Os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º da Resolução nº. 184, de 17 de dezembro de 1968, passam a vigor com a seguinte redação:-

"§ 1º - A gratificação será mensal e, para cada emissora que efetuar estes serviços, será de valor equivalente a DEZ (10) salários mínimos vigentes em Jundiaí.

§ 2º - A gratificação aludida será paga a cada emissora, mensalmente, proporcional ao número de comparecimentos em sessões ordinárias desta Casa.

§ 3º - A importância não paga a uma emissora por ausência não beneficiará outras que porventura efetuam os serviços citados neste artigo."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em doze de dezembro de mil novecentos e setenta e quatro. (12/12/1.974)

José Tavares
Antônio Tavares)
1º Secretário.

(Eng. Henrique Vítorio Franco)
Presidente.

Pedro Osvaldo Beagim
(Pedro Osvaldo Beagim)
2º Secretário.

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jundiaí, em doze de dezembro de mil novecentos e setenta e quatro. (12/12/1.974)

Guilherme Pantoja
(Guilherme Pantoja)
Diretor Geral.

10
PP

D I R E T O R I A G E R A L

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 324

PROC. N° 14 018

PARECER N° 1 711 DA ASSESSORIA JURÍDICA

1. Acompanhamos, de certo modo, os trabalhos preliminares que foram desenvolvidos na elaboração da presente propositura, particularmente junto aos Assistentes Técnicos da Casa.

Agora, porém, que a matéria é submetida a esta Assessoria, embora não tenhamos qualquer restrição ao seu texto, parece-nos surgir um problema a merecer acurado exame.

2. A Resolução n° 184, que se pretende revogar (fls.), contém, entretanto, na sua simplicidade, a força que a mantém há mais de seis (6) anos, sem maiores problemas. Isto porque ela apenas cria uma gratificação a quem espontaneamente irradia as Sessões deste Legislativo.

3. Entretanto, o novo texto, ora apresentado, através deste projeto de Resolução, nascido à procura de solução para um problema recentemente levantado por uma emissora local, embora reitere os termos da Resolução n° 184, deixa bem claro que, na verdade, o que se vai fazer é um contrato, fixando direitos e obrigações recíprocos entre a Câmara e as Emissoras. Basta ler o artigo 3º, que fixa os deveres das emissoras, que ficariam sujeitas à sanção prevista no artigo 4º. Já não se pode falar, pois, em gratificação a um serviço espontâneo.

4. Assim, tendo em vista os termos/que se coloca o problema, neste projeto, parece-nos que melhor seria que a Mesa ficasse autorizada a contratar uma emissora, por meio de licitação, anualmente, tal qual ocorre com a publicação dos seus atos oficiais na imprensa escrita. E na licitação poderiam ser evidentemente aproveitados os elementos constantes deste projeto.

*



câmara municipal de jundiaí
estado de são paulo

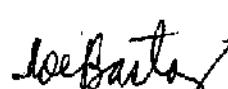


Par. nº 1 711 - fls. 2 -

5. De qualquer forma, porém, compete ao Plenário decidir, ouvida previamente a douta Comissão de Justiça.
6. A aprovação deste projeto dependerá do voto favorável da maioria dos senhores Vereadores presentes à Sessão.

S.m.e.

Jundiaí, 30 de maio de 1 975.



Dr. Aguinaldo de Bastos,
Assessor Jurídico.

*

ad.


câmara municipal de jundiaí
estado de são paulo

Lb
AG

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 06 de 05 de 1975

Recebi da Assessoria Jurídica e submeto à

Presidência.


Fábio Lacerda Panfili

Diretor Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Gabinete do Presidente

A Comissão de JUSTIÇA E REDAÇÃO

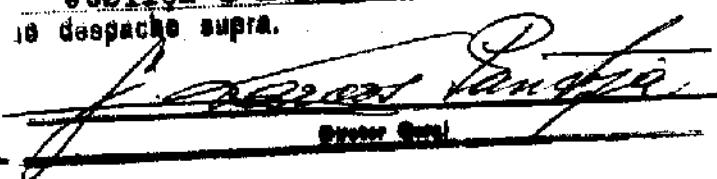
para emitir parecer no prazo de 20 dias.

Em 06 de 05 de 1975


Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Diretoria Geral

Aos 09 de Junho de 1975
encaminhe ao sr. Presidente da Comissão de
JUSTIÇA E REDAÇÃO, em cumprimento
ao despacho supra.


Fábio Lacerda Panfili

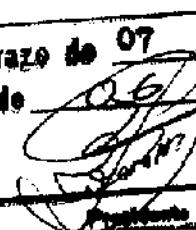
Diretor Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Comissão de Justiça e Redação

Ao Vereador sr. Alvoco

para relatar no prazo de 07 dias.

Em 11 de 06 de 1975


Comissão de Justiça e Redação

*



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROC. N° 14 018

Projeto de resolução nº 324, de autoria do Vereador Sr. Carlos Ungaro, sobre gratificação às emissoras que espontaneamente efetivem o serviço de irradiação das Sessões Ordinárias da Edilidade.

PARECER N° 492/75

Como presidente desta Comissão avoquei o processo para emitir o parecer, porque conheço de perto o trabalho e a importância que a Imprensa representa para nós, os legisladores. Defendo principalmente a pequena Imprensa do Interior que luta galhardamente para conseguir sobreviver. Muitas vezes o poder econômico procura sufocar a liberdade dessa mesma Imprensa, mas quase sempre é vencido pelo idealismo dos jornalistas e radialistas, principalmente dos que estão desvinculados dos grupos políticos.

O esvaziamento do Poder Legislativo com o consequente reforço do Poder Executivo, faz com que as câmaras municipais sejam destinadas a um plano secundário nem sempre verdadeiro, se for tomada a medida pela importância de cada um dos poderes. Ao Vereador que também depende de comunicar-se com seu eleitorado, ganha importância incomum a notícia de sua atividade pelos órgãos de divulgação locais. O Executivo destina somas astronômicas para dourar as suas realizações, enquanto que o Legislativo - contraditoriamente - procura se ocultar na sombra dessas realizações que somente foram conseguidas graças à aprovação dos senhores Edis. Este o verdadeiro e atual quadro de nossa Casa de Leis.

Já constitui tradição nesta cidade a transmissão dos trabalhos legislativos pelas emissoras locais. Inicialmente o faziam gratuitamente, depois a própria Casa houve por bem gratificá-las com importância equivalente a dois salários mí nimos mensais; mais tarde subiram para três e meio mensais, cinco salários, e finalmente nesta legislatura a gratificação estipulada é equivalente a dez salários. Essa gratificação não

Par. nº 492/75 - fls. 2 -

representa nem de longe o valor comercial do trabalho radiofônico foi instituída, COMO ESTÍMULO à continuidade dessas transmissões que representam muito para os ocupantes da cadeira legislativa municipal desde longos anos.

O presente projeto de resolução, conforme bem salientou o digno Assessor Jurídico desta Casa, pretende transformar um acordo tácito em contrato de deveres e obrigações bilaterais cujo alcance só será possível pela licitação pública. Ora, se temos apenas duas emissoras de rádio em nossa Jundiaí, obrigatoriamente uma delas ficaria alijada. Perderíamos 50% de nossa divulgação, o que será altamente desinteressante para os senhores Vereadores. Ainda pelo processo da concorrência pública corremos o risco de ter esse serviço mais onerado, uma vez que - como já afirmei - o preço para transmissões comerciais é bastante mais elevado do que as emissoras percebem agora pelo trabalho espontâneo e considerado de utilidade pública.

Creio que a solução será mais facilmente encontrada numa conversa amigável entre os responsáveis pelas rádios e os senhores Edis, numa solicitação para que não deixassem de transmitir na íntegra as nossas sessões, bem como ouvindo deles as eventuais sugestões para a normalização de tão tradicional transmissão, que diga-se de passagem, constitui um hábito enraizado em muitas famílias de Jundiaí.

Este é o nosso parecer que espero encontrar acolhida nos demais membros da Comissão, bem como do senhor Presidente desta Casa e dos dignos colegas.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1975.

José Zilvio Bonassi,
Presidente e Relator.

Parecer aprovado em: 17/6/1975.

Abdoral Lins de Alencar

Luiz Lourenço Gonçalves

adm.

Edmar Corrêa Dias

Leonel Moacan Corazzari.

Mod. 9



15
PG

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.º 1 285

Senhor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
APROVADO
Sala das Sessões, em 25/06/1975
<i>[Signature]</i>
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Aprovado em 1 ^o discussão
Sala das Sessões, em 10/06/1975
<i>[Signature]</i>
Presidente

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, o adiamento
Resolução nº 324, para a próxima Sessão
da discussão do projeto de **Lei XXX**.
Ordinária.

Sala das Sessões, 25 / 06 / 1975.

[Signature]
Elio Zilio.



cópia

*LB
RG*

1º

j u l h o

75.

DRP.07/75/01.

Exmo. Sr.

Dr. Onadir Marcondes,

DD. Presidente do Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

SÃO PAULO - SP.

Temos a elevada honra de vir à presença de V.Exa., a fin de solicitar-lhe se digne informar-nos a respeito da possibilidade jurídica-contábil, perante este E.Tribunal, desta Edilidade gratificar emissoras locais que espontaneamente efetivam o serviço de irradiação das sessões ordinárias.

Outrossim, caso seja possível legalmente, temos a liberdade de transcrever (2) dois projetos de resoluções que dependendo do parecer do E.Tribunal de Contas, terão seus dispositivos incluídos em competente Projeto de Resolução:-

"PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1

Art. 1º - Fica a Mesa da Câmara Municipal autorizada a gratificar as Emissoras que, espontaneamente, efetivam o serviço de irradiação das sessões deste Legislativo.

§ 1º - A gratificação será mensal e equivalente a ...

§ 2º - Em caso de prestação do serviço por mais de uma Emissora, a quantia estabelecida será dividida entre elas, proporcionalmente ao número de comparecimentos.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Resolução serão atendidas por verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.



JF
JF

OF. DRP.07/75/01 - fls. 02.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, contados os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1969.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

"PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 2.

Art. 1º - Fica a Mesa da Câmara Municipal autorizada a gratificar as emissoras de Jundiaí que espontaneamente efetivem o serviço de irradiação das sessões ordinárias deste Legislativo.

Art. 2º - A gratificação a ser paga mensalmente será, para cada emissora, no valor de ... por Sessão Ordinária transmitida na forma estabelecida nesta Resolução.

Parágrafo Único - Esta importância será reajustada anualmente na mesma proporção em que se elevar o valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional no respectivo período.

Art. 3º - Para fazer jus à gratificação instituída por esta Resolução, deverá a emissora observar as seguintes condições:-

I - As sessões deverão ser transmitidas integralmente, sem qualquer interrupção, durante o período regimental, permitidas, porém, rápidas reportagens sobre acontecimentos externos que não prejudiquem a transmissão completa dos debates, das falas e das ocorrências da Sessão;

II - Quando houver suspensão dos trabalhos, deverá a emissora observar, sucessivamente, o seguinte:-

1) O locutor deverá relatar a fase e o andamento dos trabalhos da Sessão;

2) O locutor deverá proceder à leitura do Resumo das Indicações, dos Requerimentos e da Ordem do Dia referentes à respectiva Sessão; e,

3) A emissora poderá transmitir diretamente do estúdio, na hipótese de já haver sido cumprido o disposto nos números anteriores, porém deverá fazer menção da irradiação da Sessão, não se permitindo comerciais.



13
PF

OF. DRP.07/75/01 - fls. 03.

III - A emissora interessada deverá manifestar, por escrito à Presidência, sua intenção de fazer jus à gratificação instituída por esta Resolução.

IV - Os lecuteiros e técnicos da emissora deverão ser previamente credenciados pela Presidência da Edilidade e deverão obedecer o Regulamento que será baixado pela Mesa, disciplinando o uso das dependências da Câmara e providências correlatas.

Art. 4º - A emissora que se dispuser a fazer jus à gratificação, nos termos desta resolução, não poderá, sem - justa causa, deixar de transmitir a três (3) sessões ordinárias consecutivas ou a nove (9) alternadas, durante o ano legislativo, na forma estabelecida.

Parágrafo único - A imobediência do presente artigo acarretará a suspensão automática da gratificação, por - três (3) meses, a contar da data da infração.

Art. 5º - A importância não paga a uma emissora por ausência ou por não cumprimento do disposto no artigo 3º não beneficiará outras que porventura efetuem os serviços citados nesta Resolução.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Resolução serão atendidas por verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, - especialmente as Resoluções n°s. 184/68, 195/71, 214/74 e 219/74."

Aguardando o pronunciamento de V.Exa., subscrivemos
nos

Atenciosamente,

jr/mca./-

Carlos Ungaro,
Presidente.



19
PG

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

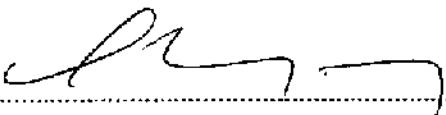
REQUERIMENTO N.º 1 302

Senhor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	
APROVADO	
Sala das Sessões, em 13/08/1975	
	
Presidente	

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, o adiamento da discussão do projeto de ~~leixxxx~~ Resolução nº 324, de minha autoria, por uma (1) Sessão.

Sala das Sessões, 06 / 08 / 1.975.



Carlos Ungaro.

20/09
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

APROVADO

Sala das Sessões, *10 / 09 / 1975*
Elio Zilio
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.º 1 367

Senhor Presidente

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, o adiamento da discussão do projeto de ~~xxxxxx~~ Resolução Nº 324, de autoria do Vereador Carlos Ungaro, para a próxima Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, 10 / 09 / 1975.

Elio Zilio



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

REQUERIMENTO N.º 1 372

Senhor Presidente



REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, o adiamento da discussão do projeto de ~~Lei XXXXX~~ Resolução nº 324, de autoria do Vereador Sr. Carlos Ungaro, versando sobre gratificação às emissoras que espontaneamente, efetivem o serviço de irradiação das Sessões Ordinárias da Edilidade, para a próxima Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, 17 / 09 / 1975.

Elio Zillo.

Câmara Municipal de Jundiaí
S. P.

REQUERIMENTO N. 1 384

Sr. Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	
<u>APROVADO</u>	
Sala das Sessões, em <u>24/09/1975</u>	
Presidente	

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o soberano Plenário, seja concedida a RETIRADA do Projeto - de Resolução nº 324, de minha autoria.

Sala das Sessões, 24/setembro/1.975.

Carlos Ungaro.

mca.

ANDAMENTO DO PROCESSO

C O M I S S Õ E S

C. J. R. _____

C. F. O. _____

C. O. S. P. _____

C. E. C. H. A. S. _____

Ao Sr. Vereador _____

A N E X O S

fls 1a 212 - RG 215/9/95.

AUTUADO EM 14/05/1995


DIRETOR ADMINISTRAÇÃO
GERAL